

Governo conterá preços administrados para manter inflação em até 8% ao mês

BRASÍLIA — Os preços da gasolina e dos outros combustíveis não serão reajustados antes do dia 20 de julho. A tarifa de energia elétrica e outros preços administrados pelo Governo, não subirão antes do dia 20 de junho. E mesmo depois desse prazo, os aumentos desses produtos serão de pequenas proporções, pois não considerarão a inflação passada. Com essa estratégia, o governo espera manter a taxa de inflação mensal entre sete e oito por cento nos próximos quatro meses.

A informação foi prestada ontem pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, durante o seminário "Os caminhos do desenvolvimento" promovido pela Revista "Exame", no auditório Petrônio Portela, no Senado. Dornelles acenou também com a possibilidade de amenizar um pouco o controle de preços sobre os produtos industrializados, informando que já em junho o Conselho Interministerial de Preços (CIP) deverá aprovar alguns aumentos considerados necessários.

A nova estratégia de reajustes dos preços administrados (derivados de petróleo, energia elétrica, aço, álcool, telefones e tarifas postais), anunciada ontem pelo Ministro da Fazenda, prevê que "o passado será esquecido" pois os futuros aumentos desses produtos não levarão em conta as perdas que as empresas estatais tiveram no período em que os seus preços não foram elevados. Os derivados de petróleo não sobem desde fevereiro. A tarifa da energia elétrica não é reajustada desde março, da mesma forma que o preço do aço não sobe desde fevereiro. As tarifas de telefone não são aumentadas desde janeiro.

Dornelles disse que esses preços serão reajustados, a partir de agosto, com base na elevação futura dos custos. Ele justificou essa estratégia com o argumento de que as empresas estatais produtoras desses bens e serviços estavam corrigindo os seus preços com base na variação das ORTNs e que foram "premiadas nos últimos anos pelo Governo", com a permissão para realizar reajustes automáticos de preços.

O Ministro da Fazenda afirmou que essas empresas trabalharam nesse período sem preocupações de "reduzir custos ou aumentar a produtividade, pois tinham garantia dos aumentos automáticos de preços". Deixou claro que as perdas registradas por essas empresas, por causa do congelamento de preços serão a contribuição da área pública no combate à inflação.



A contar da esquerda, João Sayad, Almir Pazzianotto, Francisco Dornelles, Roberto Gusmão e Antônio Carlos Magalhães